

MEIO AMBIENTE

Técnicos do governo federal concluíram decreto que determina criação de Área de Proteção Ambiental do Planalto Central. Medida amplia preservação de locais como o Parque Nacional de Brasília. Projetos de ocupação do solo terão de ser autorizados pelo Ibama

# União vai proteger 60% da área do DF

Dante Accioly  
 Da equipe do Correio

Uma reunião no quinto andar do Ministério do Meio Ambiente (MMA) definiu na manhã de ontem o texto final do decreto que cria a Área de Proteção Ambiental (APA) do Planalto Central. O documento vai manter sob proteção federal 60% da área do Distrito Federal e submeter ao crivo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) a implantação de empreendimentos que causem danos ao meio ambiente.

O decreto só aguarda a assinatura do ministro José Sarney Filho para ser encaminhado à Casa Civil da Presidência da República — o que deve acontecer hoje. A expectativa é de que a minuta esteja sobre a mesa do presidente Fernando Henrique Cardoso na próxima semana.

A APA do Planalto Central deveria ter sido instalada em setembro — durante as comemorações da Semana da Árvore. Mas dois pareceres encaminhados pelo GDF ao MMA acabaram adiando o cronograma.

Os pareceres assinados por técnicos da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Semarh) e da Companhia Imobiliária de Brasília (Terracap) contestavam a necessidade de se criar a APA. "O GDF alega que já há muitas áreas protegidas e que não há necessidade de mais uma. Eles interpretam o decreto como uma intervenção branca do governo federal — o que não é uma interpretação muito feliz", avalia um diretor do ministério do Meio Ambiente que participou da elaboração do projeto.

O próprio subsecretário de Meio Ambiente da Semarh, Fernando Fonseca, tem ressalvas à criação da nova APA. "A federalização da área não garante solução para os problemas do DF. Veja o exemplo da APA do São Bar-

Jefferson Rudy 26.7.01



PARQUE NACIONAL DE BRASÍLIA, UMA DAS ÁREAS AMBIENTAIS DO DF COM FALHAS DE FISCALIZAÇÃO DO IBAMA: APA DO PLANALTO CENTRAL AMPLIA PROTEÇÃO

tolomeu: ela era de responsabilidade do Ibama, mas isso não impediu a instalação de parcelamentos irregulares".

**NÃO CONVENCEU**

O argumento do GDF não convenceu o ministério do Meio Ambiente, que elaborou outro parecer para justificar a criação da área. Segundo os técnicos do governo federal, parte do DF está incluída em uma Reserva de Biosfera do Cerrado — reconhecimento conferido pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco) em 1993. Desde então, o Brasil assumiu o com-

promisso internacional de desenvolver a região sem comprometer o meio ambiente.

Além de 60% do território do DF, a APA do Planalto Central abrange um trecho ao sul de Goiás. Ficam excluídas da proteção as áreas urbanas e outras unidades federais de conservação já existentes. Parque Nacional de Brasília, Floresta Nacional de Brasília, APAs de São Bartolomeu e Descoberto e Área de Relevante Interesse Ecológico (Arie) Capetinga-Taquara serão "emoldurados" pela nova APA. A área de proteção compreende 500 mil hectares.

A criação da APA do Planalto

Central tem alguns objetivos claros. Um deles é a proteção das nascentes d'água. O DF abriga as cabeceiras das três grandes bacias hidrográficas do país: os afluentes que dão origem aos rios São Francisco, Paraná e Tocantins (que forma a bacia Amazônica) surgem na área coberta pela APA.

A preservação da vegetação nativa é outra meta do projeto. Um estudo da Unesco mostra que 57,65% do cerrado existente no DF sumiram do mapa após a criação de Brasília. Pelo menos 600 espécies nativas foram aniquiladas. A fauna também é ameaçada: peixes como o piraratinga — que vivem nos peque-

nos cursos d'água — sofrem sério risco de extinção.

Para a gerente-executiva do Ibama/DF, Eulália Machado, a APA do Planalto Central é uma ferramenta importante para conter o desenvolvimento desenfreado na região. "A criação da área torna obrigatória a consulta ao Ibama sobre todo e qualquer projeto de ocupação. O Ibama assume a responsabilidade sobre as formas de ocupação dentro da APA e ganha poderes para cobrar do GDF políticas públicas mais adequadas de crescimento urbano".

COLABOROU: VALÉRIA FEITOZA

**ENTENDA A PRESERVAÇÃO**

**O QUE É UMA APA?**

Sigla para Área de Proteção Ambiental. Os espaços com essa designação são considerados estratégicos para o país do ponto de vista ambiental. Isso não significa que esteja proibido o desenvolvimento de atividades econômicas. A diferença em relação a uma área comum é que nela o governo federal se reserva o direito de aprovar ou não empreendimentos, com base no impacto ambiental dos projetos.

**O QUE É APA DO PLANALTO CENTRAL?**

Área que compreende 60% do território do Distrito Federal e um trecho ao sul do estado de Goiás. Um dos objetivos da APA é proteger as nascentes d'água e vegetação nativa do DF. A nova APA vai "emoldurar" outras unidades federais de conservação — como Parque Nacional de Brasília, Floresta Nacional de Brasília, APAs de São Bartolomeu e Descoberto e Área de Relevante Interesse Ecológico (Arie) Capetinga-Taquara.

**QUEM ADMINISTRA A NOVA APA?**

A Gerência-Executiva do Ibama no Distrito Federal deverá montar uma equipe específica para a APA do Planalto Central. Ela será composta por 27 pessoas.

## Ibama amplia infra-estrutura local

Valéria Feitoza  
 Da equipe do Correio

Enquanto o Ministério do Meio Ambiente ajusta os últimos detalhes do projeto da APA do Planalto Central para enviá-la à Presidência da República, a gerência-executiva do Ibama no Distrito Federal luta para melhorar suas condições de trabalho. Desestruturada, ela tenta incrementar seu quadro de pessoal para viabilizar a implantação do projeto.

Na segunda-feira, o ministro do Planejamento, Martus Tavares, baixou uma portaria remanejando 11 cargos comissionados para o Ibama-DF. A gerente-executiva do Ibama-DF, Eulália Machado, comemora a iniciativa. "Este foi o primeiro passo para termos condições de fazer nosso trabalho de maneira satisfatória", diz. Hoje, a estrutura do Ibama-DF possui seríssimos problemas, na avaliação de Eulália. A situação chegou ao conhecimento do ministro-chefe da Casa Civil da Presidência da Repú-

**O QUE FALTA**

- ADMINISTRAÇÃO
- 20 Funções Comissionadas Técnicas (FCT's)
- 28 cargos técnicos
- 20 agentes de fiscalização
- Reestruturação e modernização da rede de informática

- LICENCIAMENTO
- Estruturação do setor com suporte técnico: contratação de 11 profissionais de nível

superior, como arquitetos, geólogos, biólogos e engenheiros florestais

**FISCALIZAÇÃO**

- Aumento do contingente de fiscais e contratação de suporte técnico (geólogo, zootecnista e engenheiro florestal)

**JURÍDICO**

- Designação de dois procuradores federais

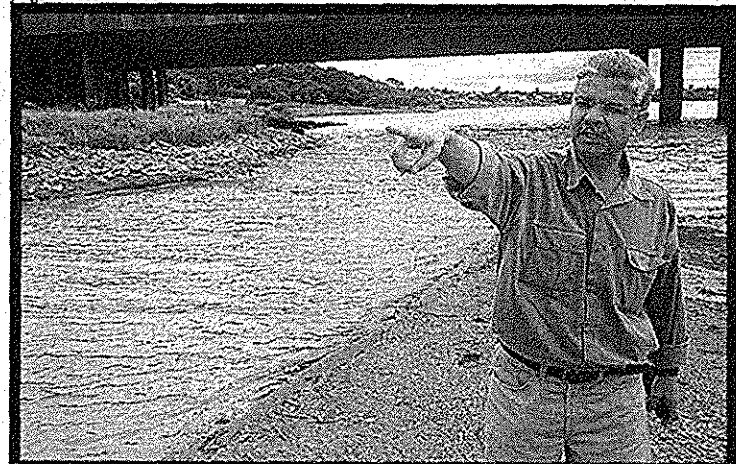
blica, Pedro Parente, em setembro, por meio de um relatório do Ibama-DF encaminhado a ele pelo procurador da República Alexandre Camanho.

Hoje, o Ibama-DF é a que possui menos poderes e a pior estrutura de pessoal entre as 27 gerências regionais do órgão. O quadro de funcionários conta com apenas 12 agentes de fiscalização. A APA do Descoberto e

a ARIE Capetinga/ Taquara, duas das mais importantes áreas de preservação ambiental do DF, não têm nenhum funcionário que as fiscalize.

O procurador Alexandre Camanho considera que a reestruturação iniciada com o remanejamento dos cargos comissionados tornará viável a implantação da APA do Planalto Central. "Ainda não é o ideal,

Jorge Cardoso 9.1100



FERNANDO FONSECA: LAGO PARANOÁ PODE SOFRER COLAPSO EM QUINZE ANOS

mas a situação agora é bem melhor do que há alguns meses", avalia. "Nos primeiros meses, vamos fazer uma força-tarefa para implantar a APA do Planalto Central", adianta Eulália Machado.

Para isso, no entanto, ela ainda depende que o presidente do Ibama, Hamilton Casara, remaneje funcionários da sede para a Gerência-Executiva do DF e me-

lhore a infra-estrutura da unidade (leia quadro). "Nós ouvimos do ministro José Sarney Filho a promessa de que ele não assinaria o decreto da APA sem que o Ibama-DF tivesse estrutura para implantá-la. E a promessa está sendo cumprida", afirma. "Tudo o que dependia de decisões políticas nós conseguimos. Agora, dependemos apenas da presidência do Ibama", diz Eulália.

## Lago Paranoá sob alerta

O subsecretário do Meio Ambiente, Fernando Fonseca, lança hoje à noite, no foyer do Teatro Nacional, o livro *Olhares sobre o Lago Paranoá*. É o mais completo trabalho sobre a Bacia Hidrográfica do Paranoá, uma área de 1.034 km², que corresponde a 18% do território do Distrito Federal.

O livro analisa a situação de todas as Áreas de Proteção Ambiental (APAs) localizadas na Bacia. Mas o aspecto mais importante do livro, segundo Fernando, é a questão do uso do solo na região. "A maior contribuição do livro é o alerta para o perigo que o adensamento populacional representa para o Lago Paranoá", afirma.

Fernando explica que, se o governo não iniciar estudos de exportação de esgoto para outras bacias hidrográficas, a implantação dos projetos habitacionais e a ocupação desordenada por condomínios e favelas pode iniciar um processo praticamente irreversível de esgotamento do Lago Paranoá. "Em 15 anos, o Lago poderá esgotar sua capacidade se não houver a preocupação imediata com a sua preservação", avalia.